



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

15/06/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Trabalhadores acrescentam segurança e saúde aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

Os delegados e as delegadas presentes na Conferência Internacional do Trabalho (CIT) adotaram uma resolução para adicionar o princípio de um ambiente de trabalho seguro e saudável aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os delegados e as delegadas adotaram a medida durante a sessão plenária da Conferência nesta sexta-feira, 10 de junho.

Até agora existiam quatro categorias de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho:

- liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- abolição efetiva do trabalho infantil;
- eliminação da discriminação em relação ao emprego e à ocupação.

A decisão da Conferência significa que Segurança e Saúde no Trabalho passará a ser a quinta categoria.

Os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho foram adotados em 1998 como parte da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

De acordo com a Declaração, os Estados membros da OIT, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico, comprometem-se a respeitar e promover esses princípios e direitos, tenham ou não ratificado as Convenções relevantes.

Cada um dos princípios fundamentais está associado às Convenções da OIT mais relevantes. As novas Convenções fundamentais serão a Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores, 1981 (Nº 155) e a Convenção do Quadro Promocional para a Segurança e Saúde Ocupacional, 2006 (Nº 187).

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 15 de junho.

Dobra proporção dos que evitam notícias 'depressivas', diz estudo

Em sua 11ª edição, o Relatório de Mídia Digital do Instituto Reuters levantou que a média das pessoas que evitam notícias "depressivas", como Covid-19, inflação ou guerra, passou de 29% para 38% nos últimos cinco anos.

No Brasil, um dos países que encabeçam o fenômeno entre as 46 nações e regiões abrangidas pelo estudo, foi de 27% em 2017 para 54% em 2022.

No Reino Unido, de 24% para 46%.

Os resultados são "especialmente desafiadores" para o setor de notícias, diz Nic Newman, pesquisador central do Digital News Report 2022 e das edições anteriores.

"Assuntos que os jornalistas consideram mais importantes, como crises políticas, conflitos internacionais, pandemias globais e catástrofes climáticas, parecem ser justamente os que estão afastando algumas pessoas das notícias."

A pesquisa quantitativa, realizada para o Instituto Reuters pelo YouGov em janeiro e fevereiro, é complementada por uma pesquisa qualitativa em três países: EUA, Reino Unido e Brasil.

O relatório cita declarações de jovens brasileiros anônimos nesta última, por exemplo: "Dependendo do meu humor, se eu vir uma notícia que sei que é ruim, vai me chatear, às vezes eu deixo e leio depois".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de junho.

Servidores do BC seguem em greve por tempo indeterminado, diz sindicato

Os servidores do Banco Central decidiram, em assembleia nesta terça-feira (14), manter a greve por tempo indeterminado. A aprovação contou com mais de 80% dos votos válidos, de acordo com o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central).

Mais cedo, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o convite ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, para prestar informações sobre as negociações com os funcionários da autoridade monetária.

O autor do requerimento é o deputado Leônidas Cristino (PDT/CE), presidente da Comissão, e a data da audiência pública ainda será definida.

De braços cruzados desde o dia 3 de maio, após trégua de duas semanas da paralisação iniciada em abril, os servidores do BC apresentaram na última semana uma contraproposta de reajuste salarial de 13,5%, ante 27% no pedido inicial, além de demandas de reestruturação de carreira.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou na última segunda-feira (13) que não haverá reajuste para servidores neste ano. Ele disse, contudo, que está em estudo a possibilidade de dobrar o valor do auxílio-alimentação de todas as categorias ainda em 2022.

A rotina da autoridade monetária segue comprometida, com interrupção na divulgação periódica de estatísticas de crédito e do setor externo e de outros relatórios e dados importantes para o mercado financeiro.

Saiba mais em: aovivo.folha.uol.com.br, quarta-feira 15 de junho.

Atividade econômica perde ritmo no início do segundo trimestre

Em um horizonte de juros altos e inflação persistente, a atividade econômica abriu o segundo trimestre com sinais de desaceleração no Brasil.

Os indícios de perda de ritmo ganharam novo elemento nesta terça-feira (14), quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o desempenho do setor de serviços relativo a abril.

Na comparação com março, o volume do principal segmento da economia nacional avançou 0,2%. A variação veio abaixo da alta de 1,4% registrada no terceiro mês do ano.

O novo resultado também ficou aquém das estimativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Reuters projetavam elevação de 0,4% em abril.

A projeção está associada aos efeitos dos juros elevados, que costumam aparecer com maior intensidade ao longo dos meses, à inflação persistente e às incertezas políticas da corrida eleitoral.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de junho.

Câmara aprova texto-base de projeto que limita ICMS sobre combustíveis

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (14) o projeto de lei complementar que estabelece um limite para as alíquotas do ICMS (imposto estadual) incidente sobre combustíveis, energia, transportes e telecomunicações.

O texto-base foi aprovado por 348 votos. Problemas técnicos impediram a votação de destaques (propostas de modificação ao texto), que serão apreciados nesta quarta-feira (15). A seguir, o projeto segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O corte de impostos sobre combustíveis é a principal aposta do governo Bolsonaro para reduzir o preço nas bombas e tentar segurar a inflação.

A menos de quatro meses da eleição, a alta de preços é um dos principais motivos de desgaste para o presidente, na avaliação de integrantes de sua campanha.

A versão aprovada pelos deputados federais representa uma derrota ainda mais dura para os governadores, tendo em vista que os pequenos ganhos com as alterações no Senado foram retirados da proposta na Câmara.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de junho.